



**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 240/2013**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2013**  
**MENOR PREÇO POR ITEM**  
**SRP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA/MG**, com sede na Rua Vigário Antunes, nº 155, centro, inscrita sob o CNPJ nº 18.308.742/0001-44, isenta de inscrição estadual, por intermédio de sua Pregoeira, Andréa Vilano Guimarães, designada pela Portaria Nº 018/2013 de 18 de março de 2013, torna público aos interessados, a abertura do **PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL, DO TIPO MENOR PREÇO**, em conformidade com as disposições contidas na Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 5.504/2005, Decreto Federal 6.204/2007, Decreto Municipal nº 044/2006e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e demais disposições legais regulamentares vigentes a ele aplicáveis, bem como as normas e condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório e em seus anexos que dele fazem parte integrante para todos os efeitos.

As contratações se darão pelo **SRP-SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, previsto pelo Artigo 15 da Lei 8.666/93 e regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 014/2013, onde se encontra estipulado o sistema de controle e atualização dos preços registrados. Não serão aceitas adesões por órgãos não participantes deste processo licitatório.

## **1 DO OBJETO**

**1.1** A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus, câmaras, protetores, baterias, filtros, lâminas de patrol e produtos de limpeza automotivos destinados a manutenção da frota de veículos e máquinas desta Prefeitura Municipal, conforme quantitativos e especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I que é parte integrante deste edital.

## **2 DO DIA HORA E DO LOCAL DO PREGÃO**

**2.1 SESSÃO DE CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: de 12h30min até as 13h00min do dia 13 de agosto de 2013**, na Sala da Diretoria de Licitações, localizada na Rua Vigário Antunes n.º 155, – 2º andar– Centro – Itapeçerica/MG e, ato contínuo terá início a **SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS**, e, de forma sequencial, serão iniciadas as demais sessões e procedimentos inerentes ao certame.

**2.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecido anteriormente, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

## **3 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

**3.1** Informações complementares e esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestados pelo Pregoeiro, no horário de 12h00min as 18h00min, na Diretoria de Licitações da Prefeitura, no endereço supramencionado ou pelo telefone (37) 3341-8517.

## **4 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**



**4.1** Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas, cujo objeto social seja compatível com a presente licitação e que atendam a todas as exigências, requisitos, especificações e normas contidas neste Edital e seus anexos.

**4.2 Não poderão participar deste pregão:**

**4.2.1** Os interessados que se encontrarem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou regime de consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição.

**4.2.2** Empresas estrangeiras que não funcionem no país.

**4.2.3** Aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a mesma, nos termos do artigo 87, III da Lei 8.666/93.

**4.2.4** Pessoas jurídicas, isoladas ou em sociedade, cujos titulares ou sócios componentes tenham vínculos com a Prefeitura Municipal de Itapeçerica, como servidor, comissionado ou agente político de qualquer natureza.

**4.2.5** Empresas, ou seus representantes legais, que tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos desta licitação (Art. 88, II da Lei 8.666/93).

**4.2.6** Pessoas Jurídicas, ou seus representantes legais, impedidos de contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados contra a Administração Pública. (Art. 88, III da Lei 8.666/93).

**4.2.7** Empresas que, pelos documentos de sua constituição, não provarem que se destinam às atividades previstas no objeto deste edital.

## 5 DO CREDENCIAMENTO

**5.1** Para a fase de credenciamento dos licitantes deverá ser apresentado:

**5.1.1** Tratando-se de Representante Legal (sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado), instrumento constitutivo da empresa registrado na Junta Comercial, ou tratando-se de sociedade simples, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

**5.1.2** Tratando-se de Procurador, instrumento público de procuração ou instrumento particular com **FIRMA RECONHECIDA** do representante legal que o assina, do qual constem poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame (Modelo Anexo). No caso de instrumento particular, o procurador deverá apresentar instrumento constitutivo da empresa na forma estipulada no subitem 5.1.1.

**5.1.3** Tratando-se de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que queira receber tratamento privilegiado na forma do art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar ainda, a Declaração de Enquadramento (Modelo Anexo).

**5.2** O representante (legal ou procurador) da empresa interessada deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto.

**5.3** O licitante que não contar com representante presente na sessão, ou mesmo que presente não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.



5.4 Encerrada a fase de credenciamento pelo Pregoeiro não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários.

5.5 Nenhum representante, ainda que munido de procuração, poderá representar mais de um licitante no presente certame.

5.6 Como condição de participação, no ato do credenciamento, os licitantes deverão apresentar fora dos envelopes Proposta/ Habilitação, a Declaração de Regularidade Fiscal e Social, assinada pelo titular da empresa ou por quem de direito, de que a empresa se encontra em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal e para com a Seguridade Social (FGTS e INSS), bem como atende a todas as exigências de habilitação constantes neste instrumento convocatório (Modelo Anexo).

5.7 Os documentos supra referidos poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada e serão retidos pelo Pregoeiro para oportuna juntada no processo administrativo pertinente a presente licitação.

5.8 Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das licitantes, o Pregoeiro declarará aberta a sessão de classificação de propostas, que uma vez iniciada não mais serão admitidos novos proponentes, serão abertos os envelopes, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

## 6 DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1 Os envelopes proposta/habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro no momento do credenciamento e deverão ser apresentados lacrados e rubricados no fecho, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA/MG</b> <b>ENVELOPE Nº01 “PROPOSTA DE PREÇOS”</b> PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 240/2013 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/2013 RAZÃO SOCIAL E CNPJ DO PROPONENTE	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA/MG</b> <b>ENVELOPE Nº02 “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”</b> PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 240/2013 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/2013 RAZÃO SOCIAL E CNPJ DO PROPONENTE
--	---

## 7 DA PROPOSTA

7.1 O envelope nº 01 deverá conter a “Proposta de Preços” a qual deverá atender aos seguintes requisitos:

7.1.1 Ser apresentada sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo proponente ou seu representante legal. Indicar nome ou razão social do proponente, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato.

7.1.2 Conter especificação clara e detalhada do objeto ofertado, incluindo marcas e modelos, quando for o caso. Indicar todas as condições de entrega, bem como as condições de pagamento e o prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

7.1.3 Ser apresentada com cotação de preços, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, estando nele incluídas despesas, custos, encargos sociais e trabalhistas e obrigações tributárias e quaisquer outras despesas oriundas da execução do contrato.



7.1.4 Sob pena de desclassificação da proposta deverão ser anexadas:

7.1.4.1 **Cópia da Certificação do INMETRO** para os itens que são exigidos;

7.1.4.2 **Declaração do Fabricante** dos pneus, de que possui no Brasil, um corpo técnico responsável, por qualquer tipo de garantia sob os produtos de sua fabricação, durante o período de garantia e conforme regras constantes nos manuais dos produtos.

7.2 Quaisquer tributos, despesas e custos omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.3 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Prefeitura não será, em nenhum caso, responsável por estes custos, independentemente da condução ou resultado do processo licitatório. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7.4 Para critério de julgamento, havendo divergência entre os valores unitários e totais serão considerados os primeiros e entre os expressos em algarismos e por extenso será considerado este último.

**7.5 Juntamente com o edital será disponibilizado no site o sistema de “Coleta de Proposta” com seu respectivo manual, para que seja também apresentada a PROPOSTA ELETRÔNICA, visando agilizar os trabalhos durante a sessão deste Pregão.**

## 8 DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

8.1 O Envelope nº 2 “*Documentos de Habilitação*” deverá conter os seguintes documentos:

### 8.1.1 REGULARIDADE JURÍDICA

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou da diretoria em exercício;
- c) Inscrição do ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;
- e) Última Alteração Contratual (se houver).

### 8.1.2 REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de regularidade para com o INSS (CND);
- b) Prova de regularidade para com o FGTS (CND);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e União (CND);
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (CND);
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da Licitante (CND);
- f) Prova de regularidade fiscal trabalhista – Certidão Negativa de Débito Trabalhista- (CNDT);
- g) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- h) Alvará de licença para funcionamento.



### **8.1.3 REGULARIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA**

a) Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo Cartório distribuidor da Comarca da sede da pessoa jurídica ou de execução de pessoa física, a no máximo 90 (noventa) dias da data prevista para entrega dos envelopes.

### **8.1.4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**8.1.4.1 Atestado(s) de Capacidade Técnica**, emitido por **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO**, que comprove(m) já ter fornecido produtos da mesma natureza, com desempenho de forma satisfatória, devendo nele(s) constar nome, cargo e assinatura do responsável pela informação.

### **8.1.5 DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

**8.1.5.1** Deverão ser apresentadas, para fins de habilitação, as declarações abaixo especificadas:

a) Declaração assinada pelo titular da Empresa afirmando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Modelo Anexo).

b) Declaração assinada pelo titular da empresa, ou por quem de direito, de que a empresa não se acha declarada inidônea e está desimpedida para licitar e contratar com a administração pública (Modelo Anexo).

**Observação:** Dentre os documentos acima relacionados não precisarão constar do Envelope n.º 02 – “*Documentos de Habilitação*”, aqueles que tenham sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

### **8.2 DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO**

**8.2.1** Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados, em uma única via, em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial, vedada sua apresentação através de cópia produzida via fax ou de modo a tornar-se ilegível. Os documentos emitidos através da *internet* terão sua autenticidade verificada nos respectivos *sites*.

**8.2.2** Os documentos constantes no envelope/habilitação apresentados em sua forma original deverão vir acompanhados de suas respectivas cópias para conferência e autenticação por membro da CPL, da Equipe de Apoio ou pelo Pregoeiro. As cópias reprográficas ficarão retidas no processo.

**8.2.3** Toda a documentação solicitada deverá estar dentro do prazo de validade, no mínimo, até a data fixada para a sessão de habilitação, sendo que todos os documentos que não apresentarem prazo de validade, estes serão considerados válidos por 90 (noventa) dias, a partir da data de emissão.

**8.2.4** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para fins de habilitação deverão estar em nome da licitante, com n.º do CNPJ e, preferencialmente com o endereço respectivo. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome do mesmo. Se for a filial, do mesmo modo, exceto com relação àqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

### **8.3 CONDIÇÕES ESPECIAIS DE HABILITAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**8.3.1** Os licitantes que se declararem microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006 e do Decreto Federal n.º 6.204/2007, não poderão ser inabilitados em razão de irregularidades quanto aos documentos fiscais apresentados.

**8.3.2** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das EPPs e MEs, a elas



será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame.

**8.3.3** A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

## **9 DA DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA**

**9.1** Serão desclassificadas as propostas que:

**9.1.1** Não atenderem às especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos e/ou que apresentarem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

**9.1.2** Apresentarem preços irrisórios ou incompatíveis com os praticados no mercado, assim entendidos propostas com valores que tornem os preços inexequíveis na forma da lei ou que apresentarem acréscimos que deixem as propostas com preços acima do da média de mercado (Art. 40 X e 48 II e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93).

**9.1.2.1** Na hipótese de propostas com indícios de inexequibilidade, o licitante deverá demonstrar através de documentação apropriada, a plena exequibilidade do preço ofertado, nos termos do art. 48, II, da Lei Federal nº 8.666/93. Ao autor da proposta caberá o ônus da prova da exequibilidade, no prazo de 05 (cinco) dias contados da intimação, se for o caso.

**9.1.3** Transgridam a legislação vigente ou outros casos previstos em lei ou especificados no corpo deste Edital, de acordo com justificada decisão do Pregoeiro.

## **10 DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**10.1** Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, o Pregoeiro verificará a conformidade destas com os requisitos formais e materiais e o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**10.2** Dentre as propostas aceitas, o Pregoeiro classificará em primeiro lugar a proposta de menor preço e as demais que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.

**10.3** Se não houver, no mínimo 3 (três) ofertas nas condições definidas na cláusula anterior poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecerem lances verbais quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. Esclarecendo-se que se houver empate no terceiro valor serão selecionados todos os licitantes que tenham ofertado o mesmo preço.

## **11 DOS LANCES VERBAIS**

**11.1** Aos licitantes classificados será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada como a de maior preço.

**11.2** Se duas ou mais propostas escritas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio para definir a ordem de apresentação dos lances.



**11.3** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante do prosseguimento na etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de posterior ordenação das propostas.

**11.4** Havendo ou não lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação, cabendo ainda ao Pregoeiro negociar com os licitantes, objetivando a busca do melhor preço.

**11.5** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes classificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

**11.6** Após o encerramento da etapa competitiva, o Pregoeiro consultará os licitantes, na ordem de classificação, quanto ao interesse em reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

## **12 DA PREFERÊNCIA CONTRATUAL**

**12.1** Por força dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, após o encerramento da fase de lances e quando a melhor oferta **não** tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o Pregoeiro, convocará para apresentação de nova proposta a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, **com preços iguais ou até 5% (cinco por cento)** superiores à proposta de melhor preço, sob pena de preclusão.

**12.2** Não ocorrendo o registro do preço da microempresa ou empresa de pequeno porte, mais bem classificada, serão convocadas as MEs ou EPPs remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo de **5% (cinco por cento)** superior ao menor preço, na ordem de classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**12.3** Na hipótese da não contratação nos termos previsto nos **subitens anteriores**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**12.4** Excetuando o benefício concedido às EPPs e MEs, em caso de absoluta igualdade de preços e vantagens entre as proponentes, a classificação dar-se-á por sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances, em conformidade com o art. 45, § 2º da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

**12.5** Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos licitantes presentes.

## **13 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

**13.1** O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM.**

**13.2** Se houver apenas uma oferta (proposta), esta poderá ser aceita, desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com os praticados pelo mercado.

**13.3** Apurada a menor proposta que atenda ao Edital, o Pregoeiro deverá ainda negociar com o licitante objetivando um melhor preço.

**13.4** Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.



#### **14 DA HABILITAÇÃO E DECLARAÇÃO DO VENCEDOR**

**14.1** Classificada a melhor oferta, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta e daqueles que aceitaram reduzir seus preços ao valor da proposta melhor classificada e verificará o atendimento das condições fixadas no Edital.

**14.2** Se o(s) licitante(s) desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a habilitação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

**14.3** Constatado o atendimento pleno às exigências deste Edital, será(ao) declarada(s) a(s) vencedora(s), ocasião em que qualquer licitante poderá manifestar a intenção de recorrer devendo, neste caso, serem observadas as condições da cláusula DOS RECURSOS constantes deste Edital.

**14.4** Se não houver manifestação de licitantes, devidamente registrada em ata durante o transcurso da sessão do Pregão, relativamente à intenção de interpor recursos, o Pregoeiro devolverá aos licitantes que tiverem suas propostas desclassificadas em todos os itens, os envelopes “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação, caso haja a interposição de recurso. Encerrada a licitação, os licitantes poderão, mediante requerimento próprio, retirá-los no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o qual os mesmos serão eliminados.

#### **15 DOS RECURSOS**

**15.1** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**15.1.1** O Pregoeiro poderá no ato de interposição do recurso, exercer juízo de admissibilidade, recebendo ou não o apelo, motivadamente.

**15.2** Os recursos deverão conter o número deste pregão, ser protocolados no Protocolo Geral desta Prefeitura e serem dirigidos à Autoridade Superior, por intermédio de quem praticou o ato, o qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente ao término dos prazos concedidos ou nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informado àquela Autoridade. Encerrados os prazos recursais, a decisão será proferida dentro de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de responsabilidade.

**15.3** A falta de manifestação imediata durante a reunião, por parte do(s) licitante(s), implicará a decadência do direito de recurso e a consequente adjudicação do objeto da licitação, pelo Pregoeiro, ao licitante vencedor.

**15.4** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**15.5** O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no Quadro de Avisos da Prefeitura e comunicado a todas as licitantes via fax ou correio eletrônico.

**15.6** Os recursos e as impugnações interpostos intempestivamente não serão conhecidos.





15.7 Na contagem de prazos de que trata este Edital, somente se inicia e vence prazos em dias de expediente no prédio sede do Governo Municipal e a contagem se dará excluindo o dia de início e incluindo o dia de vencimento.

## 16 DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

16.1 Inexistindo interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e encaminhará o processo respectivo para homologação do resultado pela Autoridade Competente.

16.2 Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente procederá à homologação e determinará a contratação.

16.3 Homologado o resultado da licitação, será feita a divulgação do ato homologatório através da afixação do mesmo no Diário Oficial do Município.

16.4 Anteriormente a homologação, a Autoridade Competente examinará os autos do processo licitatório e poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

16.5 Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

16.5.1 Será incluído na respectiva ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

16.5.2 O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Diário Oficial do Município e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

16.5.3 A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

## 17 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 Encerrada a presente licitação, lavrar-se-á um documento denominado ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com os preços das propostas vencedoras, devidamente registrados.

17.2 Na ata serão registrados os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva e os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceitado cotar seus bens em valor igual ao do licitante mais bem classificado.

17.2.1 O registro dos licitantes que tiverem aceitado cotar seus bens em valor igual ao do licitante mais bem classificado tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no item 24 deste edital.

17.2.2 Os preços serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:

17.2.2.1 Os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva.

17.2.2.2 Os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceitado cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado.

17.2.2.3 Se houver mais de um licitante na situação anterior, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

17.3 Homologado o resultado da licitação, os fornecedores classificados **serão convocados para assinar a ata de registro de preços, no prazo máximo de 03 (três) dias.**



**17.4** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos serão convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

**17.4.1** A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas neste edital.

**17.5** A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas neste edital, após cumpridos os requisitos de publicidade.

**17.6** A contratação com os fornecedores registrados será formalizada através de Contrato de Expectativa de Fornecimento.

### **18 DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA**

**18.1** A cada aquisição, o servidor responsável pela emissão da autorização de fornecimento, providenciará a consulta ao “preço de mercado” e convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

**18.2** O exercício de preferência dar-se-á, caso a Administração opte por realizar a aquisição por outros meios previstos em lei e o preço encontrado no mercado for igual ou superior ao registrado, mantidas as mesmas condições e prazos de entrega e pagamento, caso em que o detentor do registro terá assegurado direito à contratação.

**18.3** A existência de preços registrados e a assinatura do Contrato de Expectativa de Fornecimento não obrigam a Administração a efetivar as aquisições, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios de aquisição, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao detentor do preço registrado preferência em igualdade de condições.

### **19 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**19.1** Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da respectiva intimação, a CONTRATADA, conforme a infração estará sujeita as seguintes sanções:

**19.1.1 Manter comportamento inadequado durante o pregão:** afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Itapeçerica pelo prazo de 2 (dois) anos;

**19.1.2 Deixar de apresentar documentação exigida no certame, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal:** declaração de inidoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Itapeçerica, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**19.2** O não cumprimento total ou parcial das cláusulas contratuais caracterizará o inadimplemento do licitante, sujeitando-o as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis à espécie:

**a)** Advertência por atraso até 02 (dois) dias;

**b)** Multa nos seguintes percentuais;

**b.1)** Multa no valor de 2% (dois por cento) sobre o valor do empenho por atraso até 05 (cinco) dias;



**b.2)** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do empenho por atraso superior a 05 (cinco) dias;

**c)** Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Itapecerica pelo período de 2 (dois) até 5 (cinco) anos conforme disposto no inciso III, artigo 87, da Lei 8.666/93, e artigo 7º da Lei 10.520/2002.

**d)** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Itapecerica enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**19.2.1** A advertência prevista na letra “a” será aplicada, de ofício pela Secretaria Municipal interessada e a multa prevista na letra “b” será aplicada pela Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças após apreciação da defesa apresentada pelo inadimplente.

**19.2.2** As penalidades previstas nas letras “c” e “d” são de competência da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças.

**19.3** É garantido ao licitante o direito de recurso das decisões tomadas, observadas as normas previstas no artigo 109 da Lei nº. 8.666/93.

**19.4** Os recursos deverão ser formalmente apresentados, fundamentados e devidamente assinados pelo representante legal da empresa.

## **20 DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**20.1** Após a assinatura da ata, o adjudicatário melhor classificado deverá assinar o Contrato de Expectativa de Fornecimento no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da convocação, sob pena de ser declarado inadimplente, sem prejuízo a outras penalidades legais.

**20.2** No caso do fornecedor primeiro classificado, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços e o Contrato, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, a Administração registrará os demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço do primeiro classificado na licitação.

**20.3** O Município de Itapecerica disporá do prazo de um ano para convocar o licitante vencedor a assinar o contrato, contados a partir da data da apresentação da proposta vencedora.

**20.4** O contrato reger-se-á, no que concerne à sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666/93, observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

**20.5** As obrigações das partes, forma de pagamento e sanções cominadas são as descritas na Minuta do Contrato constante do Anexo III deste Edital.

## **21 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇO**

**21.1** O controle do Registro de Preços será feito por um fiscal indicado pela Secretária de Obras e Transportes, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, compete:

**21.1.1** Promover consulta prévia junto à Diretoria de Compras, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente ao referido órgão, as informações sobre a contratação a ser efetivamente realizada;



**21.1.2** Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

**21.1.3** Zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais;

**21.1.4** Informar à Administração, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, bem como as divergências relativas à entrega, às características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em cumprir as condições contratuais para fornecimento do objeto.

**21.2** O fiscal promoverá o controle da ata para verificação da compatibilidade entre os preços registrados e os encontrados no mercado.

## **22 DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**22.1** Os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

**22.1.1** Unilateralmente pela Administração;

**22.1.2** Por acordo das partes;

**22.1.3** Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato;

**22.1.4** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

## **23 DA PUBLICAÇÃO E IMPUGNAÇÃO DO REGISTRO**

**23.1** O preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**23.2** Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar os preços registrados.

**23.2.1** As impugnações serão interpostas por escrito e devidamente fundamentadas à Autoridade Superior, a qual deverá julgá-la juntamente com a Assessoria Jurídica do Município no prazo de 03 (três) dias, a contar da sua apresentação.

**23.2.2** As impugnações se darão em razão de incompatibilidade dos preços registrados com o vigente no mercado.

## **24 DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E RESCISÃO CONTRATUAL**

**24.1** O fornecedor terá seu registro e contrato cancelados quando:

**24.1.1** Descumprir as condições contratuais e/ou da Ata de Registro de Preços;

**24.1.2** Quando não atender à convocação para firmar as obrigações decorrentes deste Registro de Preços;

**24.1.3** Por inexecução do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços firmada;

**24.1.4** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;



**24.1.5** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

**24.1.6** Quando o detentor for impedido ou declarado inidôneo par licitar ou contratar com administração Municipal.

**24.1.7** Por razões de interesse público.

**24.2** O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da Administração.

**24.3** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

**24.4** A solicitação do detentor de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada por escrito, assegurando-se o fornecimento do bem registrado por prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias, salvo na hipótese da impossibilidade de seu cumprimento, devidamente justificado e aprovado pelo Órgão Gestor.

**24.5** O cancelamento da Ata de Registro de Preço induz ao do Contrato.

## **25 DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

**25.1** Até 02 (dois) dias úteis, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá peticionar contra este Ato Convocatório.

**25.2** A impugnação contra o presente Edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos no art. 12 do Decreto nº 3.555/2000.

**25.3** A impugnação deverá ser dirigida ao Pregoeiro, conter o número deste Pregão e ser protocolada no Protocolo Geral desta Prefeitura. Interposta a impugnação ao Edital, caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição apresentada, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**25.4** Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, havendo modificação que importe em alteração substancial da elaboração das propostas, será designada nova data para a realização do Pregão.

## **26 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**26.1** É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado pelas proponentes, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

**26.2** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não contrarie a legislação vigente e não comprometa a futura contratação.

**26.3** O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá sanar/relevar erros ou omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não comprometam a lisura da licitação não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante justificativa registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

**26.3.1** Erros formais ou omissões como falta de data e/ou rubrica da proposta poderão ser



supridos pelo representante legal presente à sessão de abertura do envelope “PROPOSTA” com poderes para esse fim.

**26.4** Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra. Após apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos, eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus Anexos, prevalecerão às disposições do primeiro.

**26.5** É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após a abertura da sessão do Pregão, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

**26.6** O não comparecimento do licitante às sessões deste certame, bem como a retirada de seu representante antes do encerramento destas ou ainda, a falta de sua assinatura na respectiva Ata, implicará na aceitação das decisões tomadas pelo Pregoeiro.

**26.7** A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes devidamente comprovados, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**26.8** As reuniões do Pregoeiro juntamente com a Equipe de Apoio serão sempre abertas e franqueadas ao público, em local previamente indicado neste Edital, registrando todos os fatos em ata própria e publicada na forma da lei.

**26.9** Havendo indício de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Prefeitura comunicará os fatos ao Ministério Público para as providências cabíveis.

**26.10** Torna-se implícito que os licitantes que não impugnarem este Edital, no prazo legal, estão integralmente de acordo com seus termos. Os casos omissos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

## **27 DO FORO**

**27.1** Para solucionar quaisquer questões, porventura decorrentes deste Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, o foro competente é o da Comarca de Itapeçerica/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## **28 DOS ANEXOS**

**28.1** Compõem o presente Edital, dele fazendo parte integrante e indissociável, os seguintes anexos:

**ANEXO I** – Termo de Referência

**ANEXO II** – Minuta da Ata de Registro de Preços

**ANEXO III** – Minuta do Contrato de Expectativa de Fornecimento

**ANEXO IV** – Modelo de Proposta de Preços

**ANEXO V** – Modelo de Credenciamento

**ANEXO VI** – Modelo de Declaração que atende ao disposto na Lei Federal nº. 9.854/99

**ANEXO VII** – Modelo de Declaração de Regularidade Fiscal

**ANEXO VIII** – Modelo de Declaração de Idoneidade e Desimpedimento para Licitar ou Contratar com a Administração Pública

**ANEXO IX** – Modelo de Declaração de Enquadramento de ME ou EPP



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA  
ADM 2013/2016  
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500  
[www.itapeçerica.mg.gov.br](http://www.itapeçerica.mg.gov.br)

Itapeçerica/MG, 29 de julho de 2013.

Stella Souza Arantes  
Presidente da CPL

Camila Bruna G. Gomides Evangelista  
Diretora de Licitações

Ariádna Rabelo Angeli  
Responsável pelo Controle Interno



## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 240/2013 PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2013

#### 1 OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus, câmaras, protetores, baterias, filtros, lâminas de patrol e produtos de limpeza automotivos destinados a manutenção da frota de veículos e máquinas desta Prefeitura Municipal, conforme quantitativos e especificações constantes na planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
001	Bateria Automotiva, 110 amperes	Unidade	44
002	Bateria Automotiva, 150 amperes	Unidade	32
003	Bateria Automotiva, 60 amperes	Unidade	60
004	Câmara de Ar para Motocicleta, 04-10-18	Unidade	04
005	Câmara de Ar para Motocicleta, 110 90-17	Unidade	04
006	Câmara de Ar para Motocicleta, 80-90-21	Unidade	04
007	Câmara de Ar para Motocicleta, 90-90-19	Unidade	04
008	Câmara de Ar para Veículos, 300/21	Unidade	04
009	Câmara de Ar para Veículos, 750/16	Unidade	04
010	Câmara de Ar para Veículos, 900 x 20	Unidade	04
011	Câmara de Ar para Tratores e Veículos de Terraple, 12/16.5	Unidade	04
012	Câmaras de Ar P/ Tratores e Veículos de Terraple, 1300/24	Unidade	04
013	Câmara de Ar P/ Tratores e Veículos de Terraple, 750/16	Unidade	04
014	Câmaras de ar para motocicleta 110-80-18	Unidade	04
015	Desengordurante Desengraxante Alcalino Solupan D-220	Bombona c/ 50 Litros	20
016	Filtro de Ar nº 32/921002 - Retroescavadeira JCB ano 2012	Unidade	16
017	Filtro de Ar nº 84286397 - Patrol New Holland 140b-2012	Unidade	16
018	Filtro de Ar nº 84286399 - Patrol New Holland 140b-2012	Unidade	16
019	Filtro de Ar nº 32/925683 - Retroescavadeira JCB ano 2012	Unidade	16
020	Filtro de Transmissão, nº 05013233154 - Patrol New Holland 140B-2012	Unidade	16
021	Filtro diesel, nº 32/921002 - Retroescavadeira JCB ano 2012	Unidade	16
022	Filtro diesel, nº 86990957- PATROL New Holland 140B-2012	Unidade	16
023	Filtro diesel, nº 496 - Trator MF 265- ano 1998	Unidade	16
024	Filtro Hidráulico nº 32/925587- Retroescavadeira JCB ano 2012	Unidade	16
025	Filtro Hidráulico nº 1930836- Patrol New Holland 140B-2012	Unidade	16
026	Filtro Lubrificante nº 71104199- Patrol New Holland 140B-2012	Unidade	16
027	Filtro Lubrificante nº LB 24221- Trator MF 265- 1998	Unidade	16
028	Filtro Lubrificante 02/103513	Unidade	16
029	Lâminas para Patrol 5/8" - 8 furos	Caixa c/ 10	360





		Pares	
030	Lava Automóveis, S-320 Detergente	Tambor c/ 200 litros	20
031	Limpa Baú	Galão c/ 50 Litros	20
032	Óleo Lubrificante, Óleo 15W40 (diesel)	Balde c/ 20 Litros	100
033	Óleo para Sistema Hidráulico, W68	Balde c/ 20 Litros	100
034	Óleo, 80W90	Balde c/ 20 Litros	160
035	Óleo, 20W40	Balde c/ 20 Litros	160
036	Óleo, de caixa 90	Balde c/ 20 Litros	48
037	Parafusos para Lâminas de Patrol	Unidade	3.600
038	Pneu para Retroescavadeira JCB ano 2012-17-5/25	Unidade	08
039	Pneu para Retroescavadeira JCB ano 2012-12.5/80-12	Unidade	08
040	Pneu para Trator MF 265- ano 1998 750/16	Unidade	08
041	Pneu 1400-24 12 PR (G2)	Unidade	16
042	Pneu 900x20 RT59	Unidade	12
043	Pneu 04-10-18-60 T	Unidade	04
044	Pneu 110/80-18 R34	Unidade	04
045	Pneu 12-16,5 12 PR	Unidade	08
046	Pneu 14 9 28	Unidade	08
047	Pneu, 169-24 10 PR	Unidade	08
048	Pneu 175/70 R14	Unidade	120
049	Pneu 205/75 R16	Unidade	24
050	Pneu 275 80 R22,5 Liso	Unidade	08
051	Pneu 300-21-51 T	Unidade	04
052	Pneu 750/16	Unidade	08
053	Pneu 80/90-21 R34	Unidade	16
054	Pneu D 90/90-19	Unidade	04
055	Pneu Radial 165/70 R13	Unidade	56
056	Pneu Radial 175/70 R13	Unidade	144
057	Pneu Radial 195/75 R 16C	Unidade	32
058	Pneu Radial 215/75 R17,5	Unidade	32
059	Pneu Radial 225/70 R15	Unidade	24
060	Pneu T 110/90-17	Unidade	04
061	Porcas para Parafusos de Lâminas de Patrol	Unidade	3.600
062	Protetor para Pneu e Câmara de Ar 1400x24	Unidade	16
063	Protetor para Pneu e Câmara de Ar para Veículo Automotor, 16	Unidade	16
064	Protetor para Pneu e Câmara de Ar para Veículo Automotor, 20	Unidade	16

**1.2 Todos os produtos ofertados deverão ser novos, de qualidade inquestionável e conter a indicação de suas marcas, atender as exigências e padrões de fabricação das normas vigentes.** Os pneus, câmaras de ar e protetores deverão observar os padrões da ABNT/NBR, possuir certificado do INMETRO, certificado de Garantia do Fabricante, atentando-se a proponente principalmente para o disposto no Art. 39, inciso VIII da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). Não serão aceitos pneus resultantes de qualquer processo de remodelagem ou recuperação.

**1.3 Todos os produtos deverão estar cobertos por garantia contra defeito de fabricação.**



**1.4** Os pneus e câmaras de ar deverão ainda, ter garantia mínima de 5(cinco) anos e data de fabricação não superior a 6 (seis) meses. Os pneus devem ter na parede lateral externa, a gravação da data de fabricação, indicando no mínimo o mês e o ano de produção.

## **2 ESTIMATIVA DE CUSTO**

**2.1** Em atendimento ao disposto no artigo 3º, inciso III, da Lei Federal nº. 10.520, de 10 de junho de 2002, a Prefeitura Municipal de Itapeçerica procedeu à consulta de mercado para estimativa dos custos e elaboração do orçamento, os quais integram os autos deste processo licitatório.

## **3 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

**3.1** A presente licitação se faz necessária para garantir a manutenção e conservação da frota de veículos e máquinas da Prefeitura Municipal, uma vez que seus veículos e máquinas devem estar sempre em bom estado de funcionamento, visando à segurança dos seus usuários e a otimização dos serviços públicos prestados aos seus munícipes. E considerando o uso intensivo a que esses veículos e máquinas estão sujeitos, é importante que esses produtos possam ser fornecidos com a maior presteza possível, evitando que os mesmos fiquem parados à espera de atendimento. Em face disso, foi elaborado o levantamento estimado de produtos necessários ao atendimento das demandas de consumo e suprimento desta Prefeitura Municipal, o qual resultou na relação de itens acima, tendo em vista que a necessidade de substituição dos pneus e demais itens de determinado veículo nem sempre pode ser definida com precisão ou antecedência, portanto, serão adquiridos sob a forma de registro de preços, não implicando assim em grandes aquisições e volumes em estoque.

## **4 FORNECIMENTO DO OBJETO**

**4.1** A aquisição dos produtos será feita de acordo com a necessidade da Unidade Administrativa Requisitante, os quais deverão ser fornecidos em até 03 (três) dias úteis do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida previamente pela Administração, através da Diretoria de Compras, juntamente com as notas fiscais que devem estar rigorosamente de acordo com as especificações contidas nas autorizações.

**4.2** Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado (oficina) desta Prefeitura, na Rua Idalino Cândido Medeiros, s/n - Centro - Itapeçerica/MG e serão recebidos/conferidos pelo responsável pelo almoxarifado, no horário de expediente, devendo o fornecedor ou o transportador por ele contratado certificar-se antecipadamente quanto a feriados locais ou alterações nos horários de expediente. Fica a cargo do fornecedor ou transportador por ele contratado a descarga e movimentação do produto até o local designado pelo servidor responsável pelo recebimento.

**4.3** Quando da entrega dos produtos, deverá ser apresentado o respectivo selo de certificação da qualidade do INMETRO, impresso no mesmo. A apresentação do selo será dispensada quando os produtos portarem o símbolo da marca de conformidade do INMETRO sob forma de decalque na sua superfície. Deverá ser apresentado também o Certificado de Garantia do Fabricante.

## **5 RECEBIMENTO DO OBJETO**

**5.1** Nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/1993, o objeto desta licitação será recebido, mediante nota fiscal.

**5.2** Os produtos serão recebidos, provisoriamente, para fins de posterior verificação de sua conformidade com as especificações e quantidades licitadas e, definitivamente no prazo de 03 (três) dias úteis do recebimento provisório, podendo ser recebido definitivamente no ato da entrega, caso os produtos possibilitem sua aferição imediata.



**5.3** Se no ato da entrega dos produtos a Nota Fiscal/Fatura não for aceita pela Unidade Requisitante, devido a irregularidades em seu preenchimento, esta será devolvida para as necessárias correções, passando a contar o recebimento provisório a partir da data de sua reapresentação.

**5.4** Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os produtos possuem vícios aparentes ou redibitórios ou estão em desacordo com as especificações normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que seja sanado o problema.

**5.5** Constatadas irregularidades, defeitos ou imperfeições no produto fornecido, o Contratante poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Os fornecedores terão um prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, após a notificação por escrito para realizarem a troca do produto caso seja rejeitado pela Unidade Requisitante.

**5.6** O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover ou substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

**5.7** Durante a validade do registro, a empresa contratada não poderá alegar a indisponibilidade do produto, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas neste edital.

**5.8** A Prefeitura Municipal poderá, a qualquer momento e quando couber, encaminhar o produto fornecido para exame de qualidade e/ou quantidade/características e, em caso de parecer desfavorável, poderá rescindir a contratação, sem prejuízo da aplicação de multa e de outras penalidades legalmente admissíveis.

## **6 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**6.1** As despesas decorrentes das contratações correrão por conta de Dotações Orçamentárias previstas na LOA 2013 da Prefeitura Municipal de Itapeçerica, as quais serão indicadas nas Notas de Empenho por ocasião da efetivação das compras.

## **7 PAGAMENTO**

**7.1** O pagamento devido será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante apresentação da respectiva nota fiscal com o aceite da Secretaria de Obras e Transportes.

## **8 VALIDADE DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

**8.1** A Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação terá vigência de 12 (doze) meses, cuja validade terá início a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Município. Podendo ser prorrogada nos termos do Decreto Municipal nº 014/2013.

**8.2** Os Contratos de Expectativa de Fornecimento terão vigência até 31/12/2013 e terão como termo inicial a data de suas respectivas assinaturas, podendo antes de expirados os referidos prazos e em razão de interesse público, serem alterados ou ainda aberto novo pregão para eventual substituição do preço.

Sérgio Augusto Lôbo  
Secretário de Obras e Transportes



**ANEXO II - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. \_\_\_\_/2013.**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. \_\_\_\_/2013.**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. \_\_\_\_/2013**

**ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO REGISTRO:** O Município de Itapeçerica, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_, com sede na Rua Vigário Antunes, nº. 155, Centro, CEP 35.550-000, abrangendo todas as unidades da administração pública municipal direta do Poder Executivo.

**DETENTOR DO REGISTRO:** A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_, com sede na Rua/Av. \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Telefone \_\_\_\_\_, representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, (cargo) portador da Cédula de Identidade RG nº. \_\_\_\_\_ SSP\_\_ e do CPF nº. \_\_\_\_\_.

**OBJETO:** Fornecimento futuro e eventual de pneus, câmaras, protetores, baterias, filtros, lâminas de patrol e produtos de limpeza automotivos destinados a manutenção da frota de veículos e máquinas desta Prefeitura Municipal, de acordo com a descrição e preços abaixo registrados e em conformidade com as especificações e condições constantes no Edital e anexos do processo licitatório que deu origem a esta Ata.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

**FORNECIMENTO DO OBJETO**

A aquisição dos produtos será feita de acordo com a necessidade da Unidade Administrativa Requisitante, os quais deverão ser fornecidos em até 03 (três) dias úteis do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida previamente pela Administração, através da Diretoria de Compras, juntamente com as notas fiscais que devem estar rigorosamente de acordo com as especificações contidas nas autorizações.

Os produtos deverão ser entregues no Almojarifado (oficina) desta Prefeitura, na Rua Idalino Cândido Medeiros, s/n - Centro - Itapeçerica/MG e serão recebidos/conferidos pelo responsável pelo almojarifado, no horário de expediente, devendo o fornecedor ou o transportador por ele contratado certificar-se antecipadamente quanto a feriados locais ou alterações nos horários de expediente. Fica a cargo do fornecedor ou transportador por ele contratado a descarga e movimentação do produto até o local designado pelo servidor responsável pelo recebimento.

Quando da entrega dos produtos, deverá ser apresentado o respectivo selo de certificação da qualidade do INMETRO, impresso no mesmo. A apresentação do selo será dispensada quando os produtos portarem o símbolo da marca de conformidade do INMETRO sob forma de decalque na sua superfície. Deverá ser apresentado também o Certificado de Garantia do Fabricante.

**RECEBIMENTO DO OBJETO**

Nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/1993, o objeto desta licitação será recebido, mediante nota fiscal.



Os produtos serão recebidos, provisoriamente, para fins de posterior verificação de sua conformidade com as especificações e quantidades licitadas e, definitivamente no prazo de 03 (três) dias úteis do recebimento provisório, podendo ser recebido definitivamente no ato da entrega, caso os produtos possibilitem sua aferição imediata.

Se no ato da entrega dos produtos a Nota Fiscal/Fatura não for aceita pela Unidade Requisitante, devido a irregularidades em seu preenchimento, esta será devolvida para as necessárias correções, passando a contar o recebimento provisório a partir da data de sua reapresentação.

Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os produtos possuem vícios aparentes ou redibitórios ou estão em desacordo com as especificações normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que seja sanado o problema.

Constatadas irregularidades, defeitos ou imperfeições no produto fornecido, o Contratante poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Os fornecedores terão um prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, após a notificação por escrito para realizarem a troca do produto caso seja rejeitado pela Unidade Requisitante.

O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover ou substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

Durante a validade do registro, a empresa contratada não poderá alegar a indisponibilidade do produto, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas neste edital.

A Prefeitura Municipal poderá, a qualquer momento e quando couber, encaminhar o produto fornecido para exame de qualidade e/ou quantidade/características e, em caso de parecer desfavorável, poderá rescindir a contratação, sem prejuízo da aplicação de multa e de outras penalidades legalmente admissíveis.

**FORMA DE PAGAMENTO:** o pagamento devido será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante apresentação da respectiva nota fiscal com o aceite da Secretaria de Obras e Transportes.

**CONDIÇÕES E OBRIGAÇÕES:** as demais condições e obrigações das partes serão definidas em CONTRATO DE EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO que será celebrado logo após a assinatura desta ata de registro de preços.

**VALIDADE DA ATA:** esta Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, cuja validade terá início a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Município. Podendo ser prorrogada nos termos do Decreto Municipal nº 014/2013.

..... de ..... de .....

Pregoeiro: .....

Equipe de Apoio:

Representante Legal da Licitante:

CPF/MF

CNPJ/MF da empresa



### ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO DE EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 240/2013  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº /2013

O **MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA – MG**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 18.308.742/0001-44, com sede na Rua Vigário Antunes, 155, nesta cidade de Itapeçerica, Estado de Minas Gerais, neste ato devidamente representado, nos termos do Decreto nº. ...., através da Secretaria Municipal de ....., pelo Secretário Sr....., inscrito no CPF/MF sob o nº. ...., doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa....., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede na ..... nº ....., Bairro ....., CEP ....., na Cidade de ....., Estado de ....., neste ato representado pelo ....., inscrito no CPF sob o nº. ...., doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que dispõem a Constituição Federal e as normas gerais da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, RESOLVEM celebrar o presente Contrato e o fazem nos termos do Processo Licitatório nº ...../2013, Pregão Presencial nº ...../2013 e mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

**1.1** O presente contrato tem por objeto a futura e eventual aquisição dos produtos relacionados na planilha inserta na **cláusula segunda** deste contrato a qual se dará em conformidade com as especificações e condições constantes no Edital e anexos do processo licitatório que deu origem a esta contratação.

**1.2** Todos os produtos deverão estar cobertos por garantia contra defeito de fabricação.

**1.3** Os pneus e câmaras de ar deverão ainda, ter garantia mínima de 5(cinco) anos e data de fabricação não superior a 6 (seis) meses. Os pneus devem ter na parede lateral externa, a gravação da data de fabricação, indicando no mínimo o mês e o ano de produção.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

**2.1** Pelo fornecimento do objeto contratado pagará o Contratante à Contratada, de acordo com o Processo Licitatório que deu origem a esta contratação os preços registrados na ata de Registro de Preços e indicados na planilha abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**3.1** As despesas decorrentes de eventuais e futuras aquisições do objeto deste contrato correrão por conta de Dotações Orçamentárias previstas na LOA 2013 da Prefeitura Municipal de Itapeçerica, as quais serão indicadas nas Notas de Empenho por ocasião da efetivação das compras.



#### **CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO DO OBJETO**

**4.1** A aquisição dos produtos será feita de acordo com a necessidade da Unidade Administrativa Requisitante, os quais deverão ser fornecidos em até 03 (três) dias úteis do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida previamente pela Administração, através da Diretoria de Compras, juntamente com as notas fiscais que devem estar rigorosamente de acordo com as especificações contidas nas autorizações.

**4.2** Os produtos deverão ser entregues no Almoarifado (oficina) desta Prefeitura, na Rua Idalino Cândido Medeiros, s/n - Centro - Itapeçerica/MG e serão recebidos/conferidos pelo responsável pelo almoarifado, no horário de expediente, devendo o fornecedor ou o transportador por ele contratado certificar-se antecipadamente quanto a feriados locais ou alterações nos horários de expediente. Fica a cargo do fornecedor ou transportador por ele contratado a descarga e movimentação do produto até o local designado pelo servidor responsável pelo recebimento.

**4.3** Quando da entrega dos produtos, deverá ser apresentado o respectivo selo de certificação da qualidade do INMETRO, impresso no mesmo. A apresentação do selo será dispensada quando os produtos portarem o símbolo da marca de conformidade do INMETRO sob forma de decalque na sua superfície. Deverá ser apresentado também o Certificado de Garantia do Fabricante.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

**5.1** Nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/1993, o objeto desta licitação será recebido, mediante nota fiscal.

**5.2** Os produtos serão recebidos, provisoriamente, para fins de posterior verificação de sua conformidade com as especificações e quantidades licitadas e, definitivamente no prazo de 03 (três) dias úteis do recebimento provisório, podendo ser recebido definitivamente no ato da entrega, caso os produtos possibilitem sua aferição imediata.

**5.3** Se no ato da entrega dos produtos a Nota Fiscal/Fatura não for aceita pela Unidade Requisitante, devido a irregularidades em seu preenchimento, esta será devolvida para as necessárias correções, passando a contar o recebimento provisório a partir da data de sua reapresentação.

**5.4** Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os produtos possuem vícios aparentes ou redibitórios ou estão em desacordo com as especificações normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que seja sanado o problema.

**5.5** Constatadas irregularidades, defeitos ou imperfeições no produto fornecido, o Contratante poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Os fornecedores terão um prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, após a notificação por escrito para realizarem a troca do produto caso seja rejeitado pela Unidade Requisitante.

**5.6** O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover ou substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

**5.7** Durante a validade do registro, a empresa contratada não poderá alegar a indisponibilidade do produto, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas neste edital.



**5.8** A Prefeitura Municipal poderá, a qualquer momento e quando couber, encaminhar o produto fornecido para exame de qualidade e/ou quantidade/características e, em caso de parecer desfavorável, poderá rescindir a contratação, sem prejuízo da aplicação de multa e de outras penalidades legalmente admissíveis.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇO**

**6.1** O Fiscal do contrato será indicado pela Secretaria de Obras e Transportes, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, compete:

**6.1.1** Promover consulta prévia junto a Diretoria de Compras, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente ao referido órgão, as informações sobre a contratação a ser efetivamente realizada;

**6.1.2** Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

**6.1.3** Zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais;

**6.1.4** Informar à Administração, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, bem como as divergências relativas à entrega, às características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em cumprir as condições contratuais para fornecimento do objeto.

**6.2** O fiscal promoverá o controle da ata para verificação da compatibilidade entre os preços registrados e os encontrados no mercado.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

**7.1** O objeto fornecido será fiscalizado na sua entrega por representantes da Administração, que registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada ao licitante vencedor, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

**7.2** As exigências e a atuação da fiscalização pela Prefeitura Municipal de Itapeçerica em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva do licitante vencedor, no que concerne à execução do objeto do contrato.

**7.3** O representante da Contratante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**7.4** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA**

**8.1** A cada aquisição, o servidor responsável pela emissão da autorização de fornecimento, providenciará a consulta ao “preço de mercado” e convocará o fornecedor para negociar o





preço registrado e adequá-lo, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

**8.2** A existência de preços registrados e a assinatura do Contrato de Expectativa de Fornecimento não obrigam a Administração a efetivar as aquisições, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios de aquisição, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao detentor do preço registrado preferência em igualdade de condições.

**8.3** O exercício de preferência dar-se-á, caso a Administração opte por realizar a aquisição por outros meios previstos em lei e o preço encontrado no mercado for igual ou superior ao registrado, mantidas as mesmas condições e prazos de entrega e pagamento, caso em que o detentor do registro terá assegurado direito à contratação.

#### **CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO**

**9.1** O pagamento devido será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante apresentação da respectiva nota fiscal com o aceite da Secretaria de Obras e Transportes.

**9.2** O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Contratante através de cheque, Transferência Eletrônica (TED) ou depósito em Conta Bancária indicada pela Contratada e serão retidos, os valores correspondentes aos tributos, quando devidos (exemplo: ISS, IRRF e INSS).

**9.3** Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a NF será devolvida pelo Contratante à Contratada e o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

**9.4** Caso os produtos não forem entregues conforme as condições contratuais, o pagamento ficará suspenso até o seu recebimento definitivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO E IMPUGNAÇÃO DO REGISTRO**

**10.1** Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços no site: [www.itapeçerica.mg.gov.br](http://www.itapeçerica.mg.gov.br).

**10.2** Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar, os preços registrados.

**10.2.1** As impugnações serão interpostas por escrito e devidamente fundamentadas, ao Gestor da Ata de Registro de Preços, o qual deverá julgá-la juntamente com a Assessoria Jurídica do Município no prazo de 03 (três) dias, a contar da sua apresentação.

**10.2.2** As impugnações se darão em razão de incompatibilidade dos preços registrados com o vigente no mercado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E RESCISÃO CONTRATUAL**

**11.1** O fornecedor terá seu registro e contrato cancelados quando:

**11.1.1** Descumprir as condições contratuais e/ou da Ata de Registro de Preços;

**11.1.2** Não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**11.1.3** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;



**11.1.4** Por razões de interesse público.

**11.2** O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da Administração.

**11.3** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

**11.4** A solicitação do detentor de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada por escrito, assegurando-se o fornecimento do bem registrado por um prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias, salvo na hipótese da impossibilidade de seu cumprimento, devidamente justificado e aprovado pelo Órgão Gestor.

**11.5** O cancelamento da Ata de Registro de Preço induz ao do Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1** O não cumprimento total ou parcial das cláusulas contratuais caracterizará o inadimplemento do licitante, sujeitando-o as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis à espécie:

**a)** Advertência por atraso até 02 (dois) dias;

**b)** Multa nos seguintes percentuais;

**b.1)** Multa no valor de 2% (dois por cento) sobre o valor do empenho por atraso até 05 (cinco) dias;

**b.2)** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do empenho por atraso superior a 05 (cinco) dias;

**c)** Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Itapeçerica pelo período de 2 (dois) até 5 (cinco) anos conforme disposto no inciso III, artigo 87, da Lei 8.666/93, e artigo 7º da Lei 10.520/2002.

**d)** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Itapeçerica enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**12.2.1** A advertência prevista na letra “a” será aplicada, de ofício pela Secretaria Municipal interessada e a multa prevista na letra “b” será aplicada pela Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças após apreciação da defesa apresentada pelo inadimplente.

**12.2.2** As penalidades previstas nas letras “c” e “d” são de competência da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças.

**12.3** É garantido ao licitante o direito de recurso das decisões tomadas, observadas as normas previstas no artigo 109 da Lei nº. 8.666/93.

**12.4** Os recursos deverão ser formalmente apresentados, fundamentados e devidamente assinados pelo representante legal da empresa.

**12.5** A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na execução do contrato for devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela CONTRATANTE, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

**12.6** O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a CONTRATADA fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente



e/ou judicialmente.

**12.7** As sanções previstas nesta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, sendo facultado a CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, ampla defesa.

**12.8** As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a Contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao Contratante das infrações cometidas.

#### **CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**13.1** Manter atualizado junto Município, durante a execução do contrato as condições de habilitação, e qualificação exigidas na licitação e contratação, substituindo qualquer documento que vier a perder a validade.

**13.2** Fornecer e entregar os produtos na sede do CONTRATANTE no prazo estabelecido e em conformidade com o Edital, Ata de Registro de Preços e este Instrumento Contratual.

**13.3** Emitir as notas fiscais rigorosamente de acordo com as especificações contidas nas Autorizações de Fornecimento.

**13.4** Atender às solicitações feitas pela Diretoria de Compras.

**13.5** Responsabilizar-se pela perfeita qualidade dos produtos fornecidos, sempre observando as normas técnicas exigidas para os mesmos.

**13.6** Substituir imediatamente, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos em que se verificarem defeitos, quebras, vícios, adulterações ou incorreções.

**13.7** Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de encargos sociais e trabalhistas, obrigações tributárias, transporte, carga e descarga, seguro e ainda, quaisquer outras despesas oriundas desta contratação, devendo a Contratada apresentar, quando solicitados, os respectivos comprovantes de regularidade.

**13.8** Manter os preços registrados para cada item da proposta, responsabilizando-se pelo transporte do objeto licitado, de seu estabelecimento até o local determinado para a entrega, sem ônus para a Prefeitura Municipal de Itapeçerica-MG.

#### **CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

**14.1** Fiscalizar o Registro de Preços e o fornecimento através da Secretaria Municipal de Obras e Transportes.

**14.2** Apresentar a CONTRATADA todas as informações necessárias.

**14.3** Efetuar o pagamento nos prazos estabelecidos no edital, e que somente ocorrerá após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente discriminada pela CONTRATADA e atestada pelo responsável da Unidade Requisitante, acompanhada pelas respectivas Autorizações de Fornecimento.

**14.4** Notificar à CONTRATADA por escrito qualquer irregularidade constatada.

**14.5** Emitir Autorização de Fornecimento.



**14.6** Receber os produtos e realizar sua análise quanto à conformidade, quantidade e qualidade, através de fiscalização exercida pela Secretaria Municipal de Obras e Transportes através do fiscal por ela designado.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

**15.1** O presente Contrato de Expectativa de Fornecimento terá vigência até 31/12/2013 e terá como termo inicial a data de sua assinatura, podendo antes de expirado o referido prazo e em razão de interesse público, ser alterado ou ainda aberto novo pregão para eventual substituição dos preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA**

**16.1 O presente Contrato fundamenta-se:**

**16.1.1** Nas Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93 e posteriores alterações;

**16.1.2** Nos preceitos de direito público;

**16.1.3** Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

**16.1.4.** Lei Federal nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

**16.1.5.** Lei nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro).

**16.2 O presente Contrato vincula-se aos termos:**

**16.2.1** Do Edital de Pregão Presencial nº 035/2013, constante no Processo Licitatório nº 240/2013;

**16.2.2** Da Ata de Registro de Preço.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

**17.1** Elegem as partes o foro da Comarca de Itapeçerica-MG, como competente e exclusivo para dirimir quaisquer dúvidas que porventura originarem do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por se acharem justas e CONTRATADAS, assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os efeitos legais.

Itapeçerica/MG, .....de.....de 2013

\_\_\_\_\_  
**CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPEÇERICA**

REPRESENTANTE LEGAL

CPF nº.

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA:**

REPRESENTANTE LEGAL

CPF nº

Testemunha:

\_\_\_\_\_  
Nome:

CPF:

Testemunha:

\_\_\_\_\_  
Nome:

CPF:

Visto: \_\_\_\_\_

Dr. Edson Araújo Rios  
OAB/MG 997-A



#### ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 240/2013  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2013

<b>Nome da empresa:</b>	<b>CNPJ nº:</b>
<b>Endereço:</b>	
<b>Cidade:</b>	<b>Estado: CEP:</b>
<b>Fone/fax da empresa:</b>	
<b>Fone/fax do representante:</b>	
<b>Email:</b>	

A presente proposta tem como objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus, câmaras, protetores, baterias, filtros, lâminas de patrol e produtos de limpeza automotivos destinados a manutenção da frota de veículos e máquinas desta Prefeitura Municipal, os quais serão fornecidos em conformidade com as condições constantes no Edital e Anexos do Processo Licitatório supramencionado. O objeto assim se constitui:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

**CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA:** ..... (em conformidade com o item 4 do Termo de Referência – Anexo I)

**CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** .....(em conformidade com o item 7 do Termo de Referência – Anexo I)

**GARANTIA DOS PRODUTOS:** os produtos estarão cobertos por garantia contra defeito de fabricação. Os pneus e câmaras de ar terão garantia mínima de 5(cinco) anos e data de fabricação não superior a 6 (seis) meses.

#### DECLARAÇÃO

O objeto ofertado será fornecido em conformidade com o Edital mencionado e seus anexos, e declaramos que até a formalização da contratação esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte.

Declaramos ainda, para os devidos fins legais, que nos descontos acima propostos estão incluídos todos os custos e despesas necessários à execução do objeto desta licitação sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Itapeçerica, tais como custos diretos e indiretos, encargos sociais e trabalhistas, obrigações tributárias, transporte, carga e descarga, seguro e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.



Informamos que, caso sejamos vencedores do certame, a pessoa indicada pela empresa e com poderes para assinar o respectivo contrato será o Sr..... (Nome completo, CPF, RG, Profissão, Nacionalidade, Estado Civil e Endereço).

....., ..... de ..... de 2013.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável pela empresa ou preposto  
Nome completo e CPF  
Qualificação (proprietário, sócio-gerente, diretor, etc.)  
CARIMBO DE CNPJ DA EMPRESA

**OBSERVAÇÕES:**

a) A proposta deverá ser apresentada preferencialmente em papel timbrado, e deverá ser datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo proponente ou seu representante legal, conter a razão social, o CNPJ do estabelecimento da empresa que efetivamente irá prestar o objeto da licitação, endereço completo, telefone, bem como: nome, CPF, Carteira de Identidade e cargo de quem assinou pela Empresa.

b) Pedimos formular a proposta também por meio eletrônico, através do aplicativo “Coleta de Proposta”, disponível no *site* da Prefeitura (ver instruções abaixo). A proposta eletrônica deverá ser salva em mídia de *PEN DRIVE* e apresentada juntamente com a proposta escrita. O *pen drive* será devolvido durante a sessão.

c) A proposta eletrônica não substitui a proposta formalizada e apresentada nos termos deste edital, sua finalidade é tão somente agilizar os trabalhos durante a sessão deste Pregão.

**INSTRUÇÃO PARA BAIXAR O APLICATIVO:**

- ENTRAR no endereço: [www.itapeçerica.mg.gov.br](http://www.itapeçerica.mg.gov.br);
- CLICAR no ícone Licitações;
- CLICAR no aplicativo (download): “Coleta de Proposta”; em seguida mandar executar (esta operação irá criar um atalho na área de trabalho).
- ENTRAR no atalho criado na área de trabalho, preencher o CNPJ e Nome da Empresa e lançar os valores unitários da Proposta;
- SALVAR o arquivo no *pen drive*.



## ANEXO V - MODELO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 240/2013  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2013

A (Pessoa jurídica, razão social) ..... CNPJ nº....., com sede na .....(endereço completo, neste ato representada pelo(s)..... (diretores ou sócios, com qualificação completa — nome..... RG..... CPF..... nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Senhor (nome,. RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos poderes para junto à Prefeitura de Municipal de Itapeçerica/MG (ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais) praticar todos os atos necessários para representar a outorgante na licitação acima referida (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, dando tudo por bom firme e valioso.

....., ..... de ..... de 2013.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável pela empresa ou preposto  
Nome completo e CPF  
Qualificação (proprietário, sócio-gerente, diretor, etc.)

CARIMBO DE CNPJ DA EMPRESA

**OBS:** Este credenciamento deverá vir acompanhado, obrigatoriamente, do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa. Em caso de firma individual, o registro comercial; nos demais casos, o ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor). **Deverá ser com FIRMA RECONHECIDA.**



**ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO QUE ATENDE O DISPOSTO NA LEI 9.854/99**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 240/2013  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2013**

------(nome da empresa), com sede na -----  
------(endereço da empresa), CNPJ -----, por seu representante legal infra-assinado, em atenção ao acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, declara, sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição da República, ou seja, de que não possui em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho (exceto aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

....., ..... de ..... de 2013.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Declarante  
Nome completo do Declarante  
CPF do Declarante

CARIMBO DE CNPJ DA EMPRESA





PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA  
ADM 2013/2016  
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500  
[www.itapeçerica.mg.gov.br](http://www.itapeçerica.mg.gov.br)

**ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL**  
(a ser apresentado fora dos demais envelopes de Proposta e Documentos de Habilitação)

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 240/2013**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2013**

------(nome da empresa), com sede à -----  
------(endereço da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº. -----,  
licitante no certame acima destacado, promovido pela Prefeitura Municipal de Itapeçerica,  
declara, por meio de seu representante legal infra-assinado, R.G. nº. -----,  
que se encontra em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a  
Seguridade Social (FGTS e INSS), bem como atende a todas as exigências de habilitação  
constantes do instrumento convocatório próprio deste certame.

....., ..... de ..... de 2013.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Declarante  
Nome completo do Declarante  
CPF do Declarante

CARIMBO DE CNPJ DA EMPRESA



**ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E DESIMPEDIMENTO PARA  
LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 240/2013  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2013**

Declaramos expressamente para os fins previstos no edital do pregão supramencionado que a empresa \_\_\_\_\_, registrada no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, é idônea para licitar e/ou contratar com a Administração Pública, e que esta proponente não incorre em qualquer dos impedimentos previstos na lei, ou seja:

- a) Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- b) Não se encontra impedida de contratar com a Administração Pública, que não incorre nas condições impeditivas no art. 9º da Lei Federal 8.666/93, consolidada pela Lei Federal 8.883/93 e está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- c) Não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços ou fornecimento do produto, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5(cinco) anos;

Declaramos, ainda, que a empresa acima identificada não se encontra sob intervenção estatal, liquidação, falência, dissolução ou concurso de credores, bem como não se encontra sob subcontratação.

Por ser expressão da verdade firmamos a presente declaração.

....., ..... de ..... de 2013.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Declarante  
Nome completo do Declarante  
CPF do Declarante

CARIMBO DE CNPJ DA EMPRESA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA  
ADM 2013/2016  
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500  
[www.itapeçerica.mg.gov.br](http://www.itapeçerica.mg.gov.br)

**ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICRO EMPRESA OU  
EMPRESA DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006**  
(a ser apresentado pelas EPPs e MÊs fora dos envelopes de Proposta e Habilitação)

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 240/2013  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2013**

O licitante-----, CNPJ -----, com sede na Rua ----  
-----, nº -----, Bairro -----, CEP ----- em -----  
-----, Estado ----- declara, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos  
para configuração como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, estabelecidos na Lei  
Complementar 123/2006.

..... de ..... de 2013.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Declarante  
Nome completo do Declarante  
CPF do Declarante

CARIMBO DE CNPJ DA EMPRESA